

# **AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**

**AVISO Nº ALT20-14-2016-11**

**PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL**

**DOMÍNIO DA  
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS  
RECURSOS**

## **Aviso de Concurso para apresentação de Candidaturas AVISO Nº ALT20-14-2016-11**

### **PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL**

Nos termos do Regulamento Específico no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 ([www.Portugal2020.pt](http://www.Portugal2020.pt)).

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), por concurso, foi elaborado nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e as candidaturas regem-se pela Secção 17 da Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro, pelas condicionantes previstas na Prioridade de Investimento 6.3 do Eixo 8 do Programa Operacional da Região Alentejo.

#### **1. Objeto, objetivos e prioridades visadas**

O objeto deste AAC consiste em promover a conservação e valorização dos ativos naturais e histórico-culturais para consolidar a Região como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, reforçando a sua identidade de território de qualidade.

Considerando que o enquadramento em causa é feito por via da Prioridade de investimento 6.3 do objectivo temático 6, constitui objectivo específico do presente aviso de concurso a conservação e valorização do património cultural e natural enquanto instrumentos de sustentabilidade dos territórios designadamente através da sua valorização turística.

#### **2. Tipologia das operações**

Nos termos do disposto no artigo 114º do RE Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR), são passíveis de financiamento as operações que contemplem projetos das tipologias abrangidas pelas:

- a) Património Cultural;
- b) Património Natural;
- c) Promoção Turística.

### **3. Natureza dos beneficiários**

De acordo com o disposto no Artigo 115º do RE SEUR, os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de concurso são os seguintes:

- a) Entidades da Administração Pública Central;
- b) Autarquias Locais e suas Associações (para as tipologias de operações fora do âmbito dos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial);
- c) Pessoas coletivas de direito público, incluindo Entidades Regionais de Turismo;
- c) Entidades privadas sem fins lucrativos, agentes culturais e organizações não governamentais da área do ambiente e proteção da natureza (ONGA), mediante protocolo ou outras formas de cooperação com as entidades referidas anteriormente.

### **4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários**

Nos termos do art.º 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;
- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- vi) Apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Aplicam-se ainda os critérios de elegibilidade dos beneficiários previstos no artigo 6.º do RE SEUR:

- i) O beneficiário deverá declarar que não têm salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do termo de aceitação caso a candidatura seja aprovada.

## 5. Área geográfica

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Alentejo.

## 6. Critérios de elegibilidade das Operações

1 - Constituem critérios de elegibilidade das operações, de acordo com os artigos 5º e 116.º do RE SEUR:

### Artigo 5º RE SEUR:

- a) Respeitem as tipologias de operações previstas no presente regulamento;
- b) Visem a prossecução dos objetivos específicos previstos no presente regulamento;
- c) Estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;
- d) Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com os requisitos mínimos fixados pela Autoridade de Gestão nos avisos para a apresentação de candidaturas;
- e) Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- f) Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- g) Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- h) Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- i) Demonstrem a sustentabilidade da operação após realização do investimento;
- j) No caso dos projetos cujo custo total elegível seja superior a 25 milhões de euros, demonstrem o cumprimento das normas nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e disponham de parecer positivo do painel de peritos independentes, a emitir por solicitação da Autoridade de Gestão após a apresentação da candidatura;
- k) No caso dos projetos geradores de receitas, demonstrem o cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- l) Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- m) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;
- n) Os beneficiários devem declarar não terem salários em atraso.

Artigo 116º RE SEUR:

- a) Tenham enquadramento nas tipologias de operações indicadas no artigo 114.º e se encontrem previstas nos eixos prioritários dos POR respetivos;
- b) Demonstrem o enquadramento em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento ambiental ou da área do turismo de carácter setorial ou regional;
- c) Cumpram as normas técnicas que se aplicam às operações;
- d) Disponham de pareceres técnicos favoráveis emitidos pelos organismos setoriais competentes sobre o projeto ou anteprojecto técnico de engenharia/arquitetura;
- e) Demonstrem sustentabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- f) Caso constituam operações do domínio de intervenção “Património Cultural”, apresentem uma avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro ou de execução, nomeadamente associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência.

São ainda critérios de elegibilidade das operações, no âmbito do presente AAC:

- 6.1. Sejam objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
- 6.2. Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação;
- 6.3. Possuírem a totalidade dos documentos constantes no Anexo II;
- 6.4. Demonstrar grau de maturidade mínimo, dos investimentos a candidatar comprovado pela apresentação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades) aprovados, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento concursal assim que a candidatura for aprovada;
- 6.5. Apenas são apoiados projetos de animação e programação cultural ou de organização de eventos que sejam da iniciativa de entidades públicas ou de entidades protocoladas com estas, que apresentem potencial de captação de fluxos turísticos e que estejam enquadrados numa estratégia de promoção turística;
- 6.6. O apoio aos projetos referidos no número anterior é atribuída para o lançamento da iniciativa, e quando realizados de forma continuada, até ao limite de três anos e com intensidade degressiva do financiamento. De acordo com a Deliberação da Comissão Diretiva do PO Alentejo 2020 (Anexo III), será aplicada a seguinte escala degressiva aos projetos:

***No de lançamento da iniciativa: taxa máxima de financiamento 85%***

***2º ano de realização: taxa máxima de financiamento 70%***

***3º ano de realização: taxa máxima de financiamento 55%***

***4º e anos seguintes: taxa de financiamento 0%***

2 - Não são elegíveis intervenções em infraestruturas culturais ou de turismo cujo custo total exceda 5 milhões de euros

## **7. Regras e limites à elegibilidade de despesas**

### **7.1. Despesas elegíveis**

No âmbito do presente AAC, são elegíveis as despesas resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação que respeitem a regulamentação comunitária aplicável, artigo 115º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro e os artigos 7º e 117º do RE SEUR.

Devem ainda observar o seguinte:

- a. No presente AAC são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelos beneficiários desde 01/01/20014, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou dos documentos de valor probatório equivalente;
- b. As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro);
- c. Para além da avaliação que, em cada caso, a autoridade e Gestão venha a efectuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados.

## 7.2. Despesas não elegíveis

No âmbito do presente AAC, para além das despesas não elegíveis previstas no artigo 15º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 setembro, são ainda não elegíveis, as despesas relativas:

- a) Funcionamento, manutenção ou reparação ligadas à exploração das infraestruturas;
- b) Intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos financiados nos últimos 10 anos;

## 8. Critérios de seleção de candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula e para cada tipologia de operações previstas no nº. 2 do presente AAC:

### a) Património Cultural

$$MO = 0,3 \times A + 0,1 \times B + 0,3 \times C + 0,3 \times D$$

em que:

**A** = Eficiência e Sustentabilidade;

**B** = Adequação à Estratégia;

**D** = Eficácia;

**C** = Abordagem Integrada.

No caso das operações enquadradas na tipologia “**Eventos Culturais**”, será aplicada a seguinte fórmula para aferição de MO:

$$MO = 0,3 \times A + 0,15 \times B + 0,35 \times C + 0,2 \times D$$

em que:

**A** = Eficiência e Sustentabilidade;

**B** = Adequação à Estratégia;

**D** = Eficácia;

**C** = Abordagem Integrada.

#### **b) Património Natural**

$$MO = 0,35 \times A + 0,1 \times B + 0,2 \times C + 0,35 \times D$$

em que:

**A** = Eficiência e Sustentabilidade;

**B** = Adequação à Estratégia;

**D** = Eficácia;

**C** = Abordagem Integrada.

#### **c) Promoção turística**

$$MO = 0,25 \times A + 0,1 \times B + 0,35 \times C + 0,3 \times D$$

em que:

**A** = Eficiência e Sustentabilidade;

**B** = Adequação à Estratégia;

**D** = Eficácia;

**C** = Abordagem Integrada.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo IV, Anexo IV *i*), Anexo IV *ii*), Anexo IV *iii*), Anexo IV *iv*) e Anexo IV *v*).

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, realizada de acordo com a metodologia exposta anteriormente, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da seriação das candidaturas avaliadas na mesma fase de decisão, por ordem decrescente em função do mérito da operação, selecionadas até ao limite orçamental definido no aviso para apresentação de candidaturas.



Para efeitos de desempate entre candidaturas será utilizada a pontuação atribuída aos seguintes critérios e pela seguinte ordem:

1º Eficácia;

2º Eficiência e Sustentabilidade;

3º Adequação à Estratégia;

## **9. Taxa de financiamento das despesas elegíveis**

A taxa máxima de financiamento das despesas elegíveis é de 85 %, de acordo com o previsto na Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº.404-A/2015, de 18 novembro.

## **10. Forma de apoio**

Os apoios a conceder no âmbito deste AAC revestem a forma não reembolsável, sendo o financiamento, regra geral, baseado no reembolso das despesa elegíveis efetivamente realizadas e pagas pelos beneficiários.

## **11. Duração das operações**

O prazo máximo de conclusão da operação é de 24 meses (vinte e quatro), contados a partir da data de assinatura do Termo de aceitação.

## **12. Operações geradoras de receitas**

As operações deverão respeitar a legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (EU) nº.1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Dezembro 2013 (artigo 61º) e do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 17outubro (artigo 19º), bem como as orientações técnicas/de gestão adotadas pela Autoridade e Gestão.

### **13. Apresentação das candidaturas**

**a)** A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 ([www.portugal2020.pt/Balcao2020](http://www.portugal2020.pt/Balcao2020)), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº137/204, de 27 outubro e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

**b)** Deverão ser submetidas candidaturas separadas por tipologia de operações previstas no nº. 2 do presente AAC (Património Cultural, Património Natural e Promoção Turística);

**c)** Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais.

**d)** Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia 10 de Maio de 2016 e 29 de julho de 2016 (17:59:59 horas).

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

### **14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas**

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente AAC.

A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.

O prazo de decisão, de 60 dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 40 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

Os projetos não apoiados que, em resultado deste processo de reapreciação venham a obter um MP que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projetos selecionados, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito do presente concurso.

A decisão é notificada pela AG ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

## **15. Aceitação da decisão**

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura do termo de aceitação a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela AG.

## **16. Dotação indicativa do fundo a conceder**

A dotação do Fundo FEDER a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do presente AAC é 14.000 mil euros, a saber:

- Património Cultural = 8.850 mil euros
- Património Natural = 1.650 mil euros;
- Promoção Turística = 3.500 mil euros

## **17. Identificação dos indicadores de resultados e de realização a alcançar**

A entidade beneficiária deverá identificar na candidatura, para efeitos de coerência dos resultados propostos, o valor base de referência do indicador, quando aplicável, a metodologia de cálculo, bem como o valor da meta que se propõe atingir:

### **Indicadores de realização:**

Aumento do número esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (Unid: visitantes/ano)

### **Indicadores de resultados:**

Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado (diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção) (Unid: %)

## **18. Redução ou revogação**

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos do artigo 13.º do RE SEUR.

## **19. Documentação de referência**

### **Legislação:**

- a. Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro;
- b. Portaria nº. 97-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro;
- c. Regulamento (EU) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

### **Outra documentação relevante:**

- a. Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020;

## 20. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), têm acesso:

- b. As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- c. Aviso de Concurso e documentação anexa;
- d. Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu “Contacte-nos”;
- e. A pontos de contacto para obter informações adicionais ([www.alentejo2020@ccdr-a.gov.pt](mailto:www.alentejo2020@ccdr-a.gov.pt))

10 maio 2016

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

(em regime de substituição)

### **Anexos ao presente AAC:**

Anexo I – Tipologia de operações contratualizadas nos Pactos de Coesão e Desenvolvimento Territorial

Anexo II – Listagem documentação a submeter

Anexo III – Taxas degressivas

Anexo IV – Referencial de Análise de Mérito da Operação:

*Anexo IV.i) Critérios de seleção - tipologia de operações;*

*Anexo IV.ii) Densificação dos critérios de seleção - património cultural;*

*Anexo IV. iii) Densificação dos critérios de seleção - património natural;*

*Anexo IV.iv) Densificação dos critérios de seleção - promoção turística;*

*Anexo IV. v) Densificação dos critérios de seleção - eventos culturais.*